

Btca MYM
Folheto AmM
0065

Coleção Documentos da Amazônia Nº 35

Folclore Afro-Negro no Amazonas

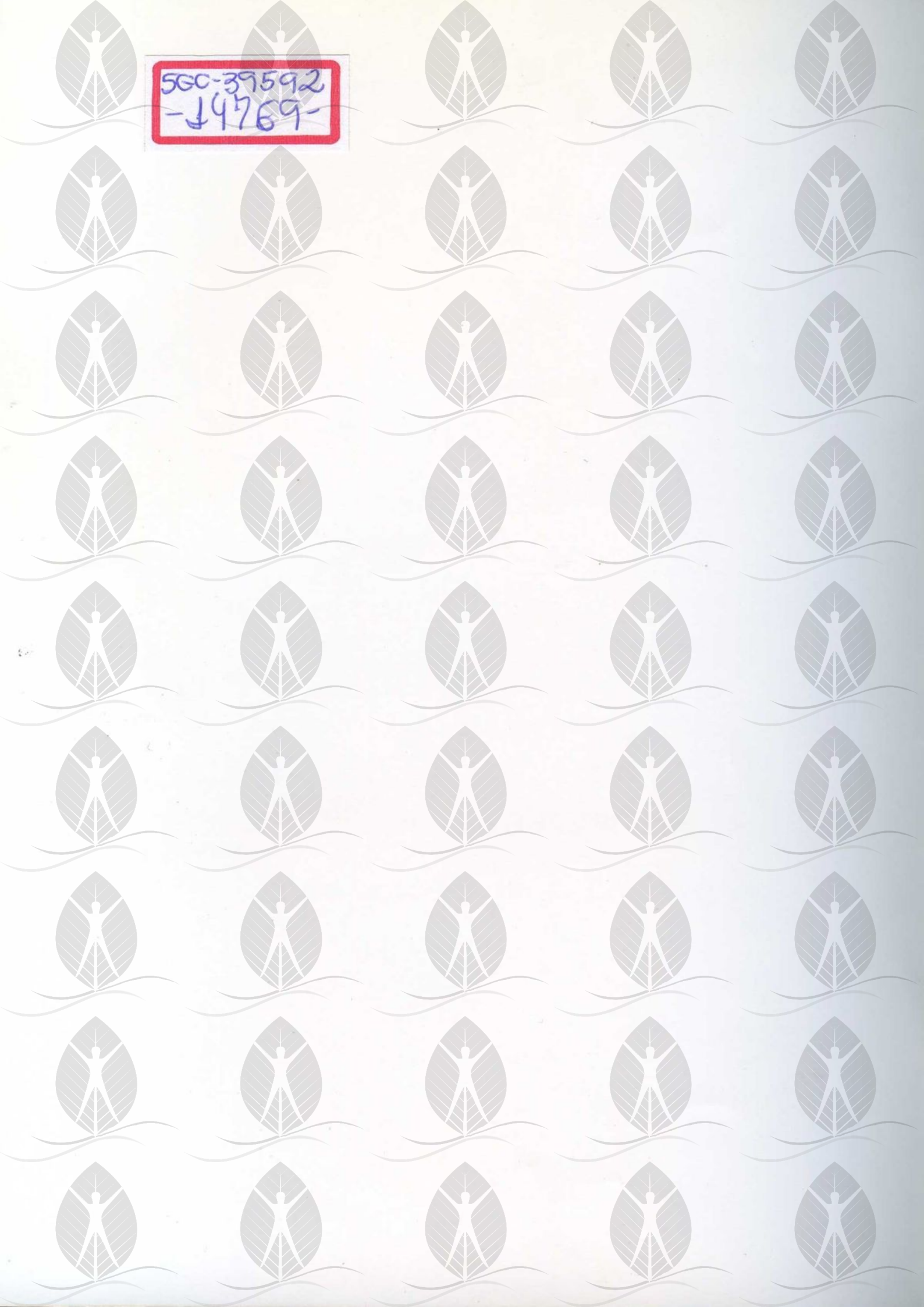
■ Fac-similado ■

Mário Ypiranga Monteiro



Edições Governo do Amazonas

500-39592
-J4769-



Folclore Afro-Negro no Amazonas

(Fac-similado)

Coleção
Documentos
da Amazônia
N. 35



Am M
2065

GOVERNADO

AMAZONAS

Governador do Amazonas
Amazonino Armando Mendes

Vice-Governador do Amazonas
Samuel Assayag Hanan

Secretário de Estado da Cultura, Turismo e Desporto
Robério dos Santos Pereira Braga

Secretária Executiva de Estado da Cultura, Turismo e Desporto
Vânia Maria Cyrino Barbosa

Secretária Executiva Adjunta
Inês Lima Daou

Assessor de Edições
Antônio Auzier Ramos

Associação dos Amigos da Cultura
Saul Benchimol
Presidente

Alberto Paixão Gonçalves
Diretor Executivo

SEC

Secretaria de Estado da
Cultura, Turismo e Desporto

Av Sete de Setembro, 1546 - anexo ao Centro Cultural Palácio Rio Negro
69005-141 Manaus - Am - Brasil Tels (92) 633 2850 / 633 3041 / 633 1357 - Fax (92) 233 9973
e-mail sec@visitamazonas.com.br - www.visitamazonas.com.br

Mário Ypiranga Monteiro

**Folclore Afro-Negro
no Amazonas**

(Fac-similado)

**Coleção
Documentos
da Amazônia
N. 35**



Edições Governo do Estado
Manaus - 2001

Copyright 2001 Governo do Estado do Amazonas
Secretaria de Estado da Cultura, Turismo e Desporto

Acompanhamento Editorial: Editora da Universidade do Amazonas - EDUA

Editoração Eletrônica: Lídia Santos da Silva

Capa: Lídia Santos da Silva

Monteiro, Mário Ypiranga

Folclore Afro-Negro no Amazonas / Mário Ypiranga Monteiro (fac-similado). Manaus: Edições Governo do Estado do Amazonas / Secretaria de Estado da Cultura, Turismo e Desporto, 2001.

15p.: 21 cm. (Coleção Documentos da Amazônia, n. 35)

1. Amazônia - História I. Título

CDD981.2

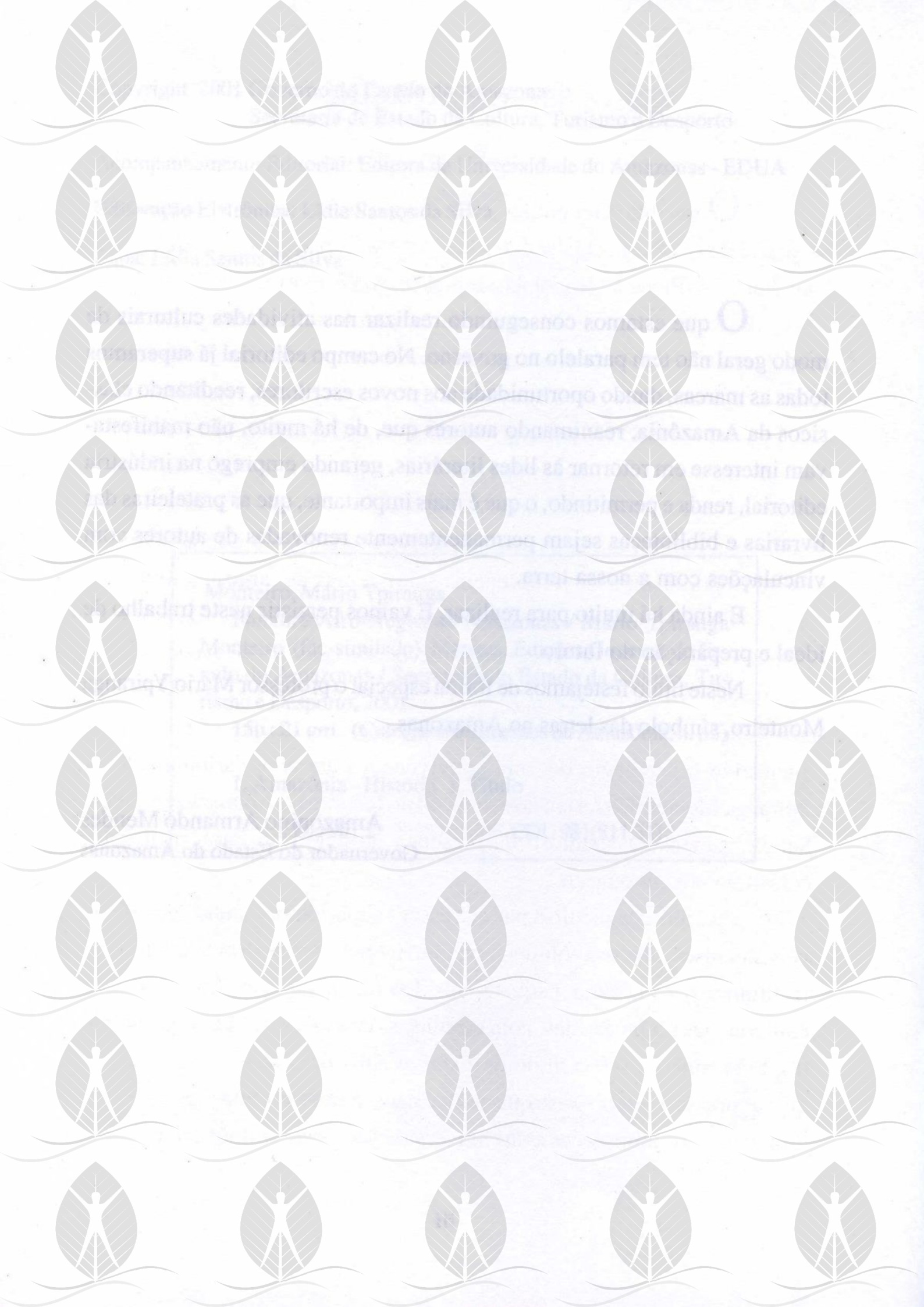
CDU981(811.31)

O que estamos conseguindo realizar nas atividades culturais de modo geral não tem paralelo no governo. No campo editorial já superamos todas as marcas, dando oportunidade aos novos escritores, reeditando clássicos da Amazônia, reanimando autores que, de há muito, não manifestavam interesse em retornar às lides literárias, gerando emprego na indústria editorial, renda e permitindo, o que é mais importante, que as prateleiras das livrarias e bibliotecas sejam permanentemente renovadas de autores com vinculações com a nossa terra.

E ainda há muito para realizar. E vamos persistir neste trabalho de ideal e preparação do futuro.

Neste título festejamos de forma especial o professor Mário Ypiranga Monteiro, símbolo das letras no Amazonas.

Amazonino Armando Mendes
Governador do Estado do Amazonas



Apresentação

O Instituto Geográfico e Histórico do Amazonas vivia momento especial de sua longa existência. João Rebelo Corrêa, André Vidal de Araújo, Ildefonso Pinheiro, Rodolpho Guimarães Valle, Mário Jorge Couto Lopes, Antônio Braga Teixeira, Matheus da Silva, davam-lhe vida não só nas reuniões das manhãs de domingo, mas também na organização de seminários e simpósios que recebiam jovens de todas as idades e escolas.

De repente, um corte profundo se fez. Os quatro primeiros partiram para a eternidade, de abrupto, em muito pouco tempo e, pela benevolência dos meus pares, cheguei à presidência da Casa de Bernardo Ramos, ainda bem jovem, olhos postos no passado recente, em que a instituição abrisse as portas para as conferências sobre temas de largo interesse.

Com o apoio do vice-governador Paulo Pinto Nery fizemos realizar a Semana de Estudos Brasileiros, recebendo convidados especiais como o professor Arthur Cézar Ferreira Reis, que há tempos não visitava a Casa nem proferia conferências em Manaus; o sociólogo Gilberto Freyre, com quem tive o privilégio de uma convivência fraterna e carinhosa; Mário Ypiranga Monteiro, o festejado estudioso do folclore no Amazonas, e Vicente Salles, paraense, estudioso da presença do negro no Pará, meu antigo colega de pós-graduação.

Foi um espetáculo à parte. Sessões superlotadas, aulas inconfundíveis, aplausos que se avolumavam, convivência que honrou e dignificou o Instituto e o Amazonas naquele ano. Do pleno sucesso, fez-se editar as conferências ali proferidas, com circulação entre os sócios e os participantes do seminário, sob o título de *Estudos Afro-Brasileiros*, exatamente as que agora se reedita para que tenha mais ampla circulação, retorne às prateleiras das bibliotecas e das universidades, esteja de mão em mão entre

os estudiosos, especialmente da Amazônia e da presença do negro e sua contribuição às artes, folclore, culinária, ciências, dança, música...

Robério Braga



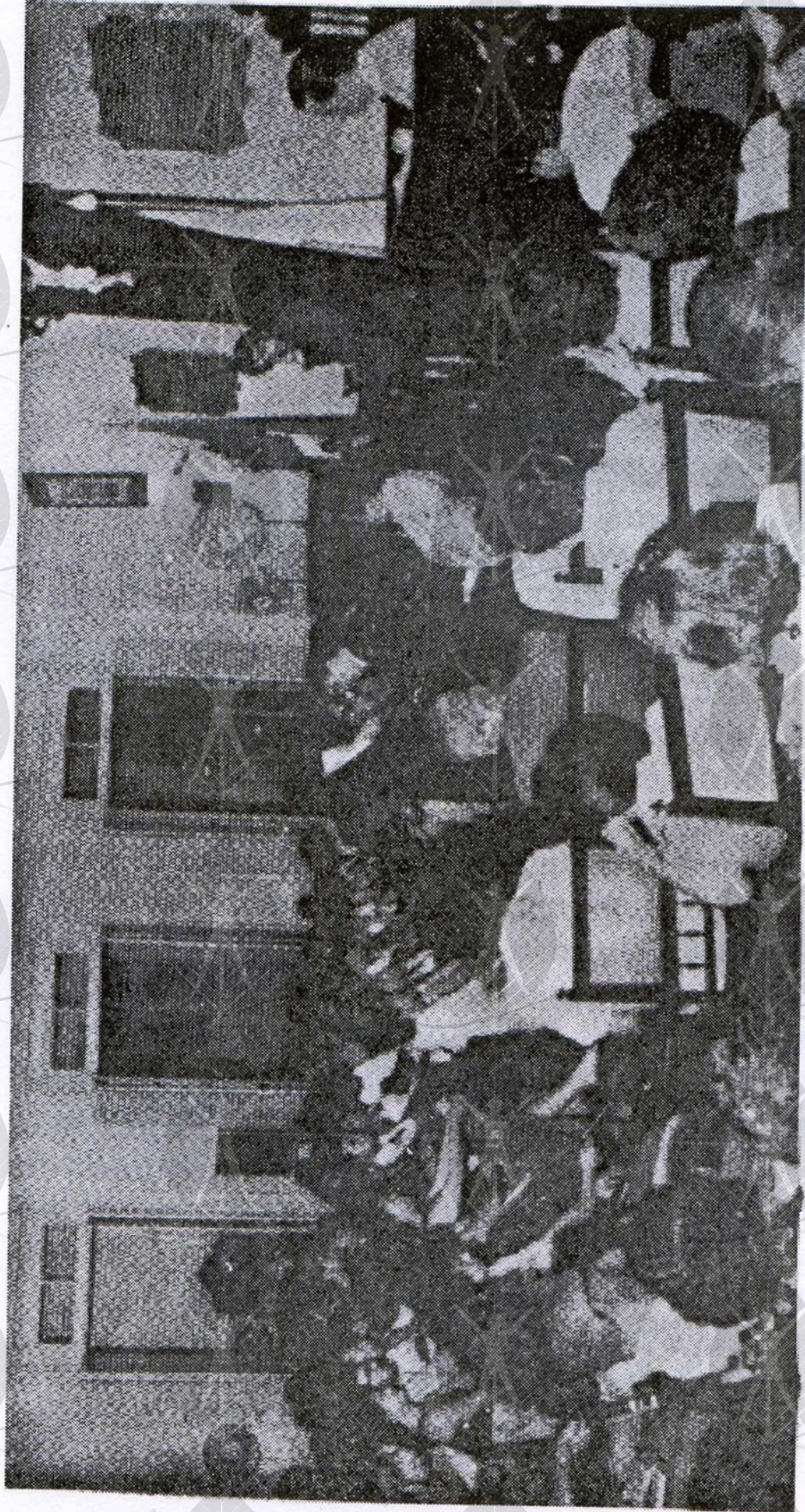
INSTITUTO GEOGRÁFICO E HISTÓRICO DO AMAZONAS

**ESTUDOS
AFRO-BRASILEIROS**

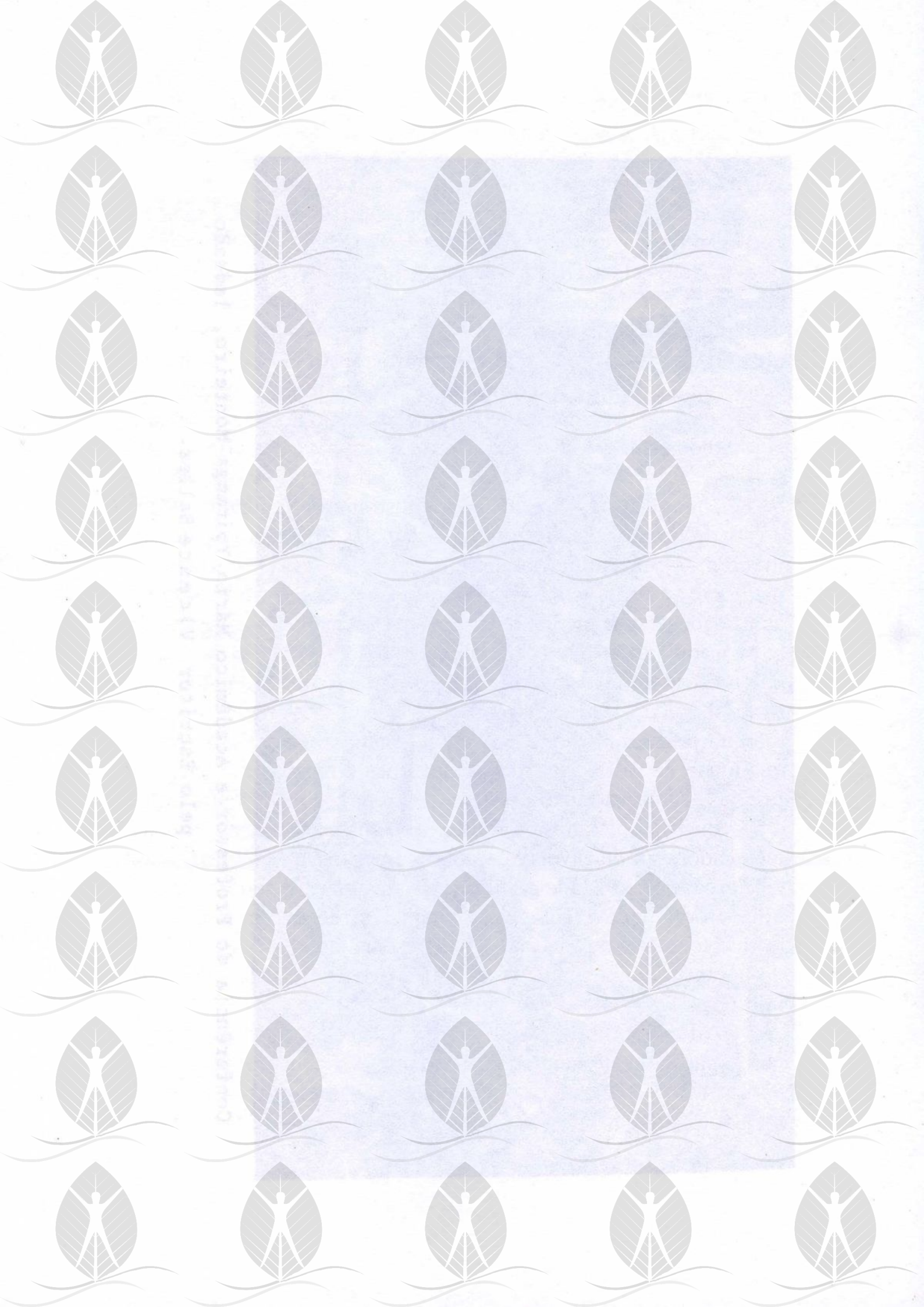
ARTHUR REIS. GILBERTO FREYRE.
MÁRIO YPIRANGA MONTEIRO.
ROBÉRIO BRAGA. VICENTE SALES

M A N A U S
1987





Conferência do Professor e Acadêmico Mário Ypiranga Monteiro, ladeado pelo Escritor Vicente Salles.



Содержание

Assaz perigoso se torna indicar a existência ostensiva ou velada de uma manifestação folclórica pura que tenha origem na África através da ponte humana para o Brasil, numa época em que as mesnadas nos favoreciam a nós com seu braço servil. O que possui significado realmente importante para nós amazonenses é exíguo, quase indistinto, superado por uma camada bastante espessa de memórias branquióides e indígenas. Assim mesmo, estas últimas não advogam muito a favor de uma conservação pura. Salvante esse denominador comum que valoriza o estranho mundo geográfico, denominador representado pelo fundo estático das elaborações espirituais e materiais, o que ocorre, em grau perceptível, e já um amálgama, fusão de que participar as duas etnias principais, constituindo o elemento negro, no quadro folclórico amazonense um mero espectador — passe a imagem — pela sua densidade rarefeita, com achegas tão medíocres nessa vasta área dinâmica que necessário fora muita habilidade para gizar-lhe a passagem, não vá mesmo confundir-se com aquilo que conhecemos da natureza essencialmente nativa ou quiçá de representação passageira, uma forma de adaptação. Acresce o fato digno de reparo de jamais haver sido o negro tolerado pelo índio, que o perseguia tenazmente, inclusive na qualidade de rastreador, nas expedições punitivas, na caça aos fugidos. Não são poucos os casos fatais de recontros entre índios e negros asilados em quilombos, de quem aqueles se tornavam inculcadores implacáveis e caçadores eméritos, a exemplo do caso da Forca, no rio Madeira. Por isso mesmo nos admiramos de uma proclamada influência africana ou de um professorado primitivo que se deseja saudar na presença do negro em prejuízo da herança social mais antiga, mais dilatada e permanente do índio.

Ademais disso, geralmente confunde-se uma adequada participação do elemento negro não mais africana, mas brasileiro devidamente aculturado, numa elaboração cultural que ele não inspirou e até mesmo nem criou. Poderemos citar aqui de

passagem o exemplo de nosso Boi-Bumbá, porém é cedo para desenvolvermos uma teoria válida a respeito, ficando a questão que se tornou problema, para uma discussão suplementar.

O que urge perguntar é de que maneira e onde poderia o africano escravo transmitir sua cultura própria tanto ao nosso índio urbanizado ou mesmo ruralizado, se esse precioso elemento humano mal chegou a tocar solo amazonense, numa época em que a conquista portuguesa mal se firmava e o elemento mestiço, esse sim, os famosos tapijaras, acrescentavam sua parte, uma terceira contribuição ao processo antropológico duplo do paralelismo e da convergência? Convém não esquecermos, já que estamos preocupados com esse problema, o regresso de quantidades respeitáveis de escravos para a África, grupos que naturalmente levaram daqui, após anos de acomodação e assimilação, resíduos da cultura urbana. Pelo menos existem leis amazonenses que dispunham sobre a matéria, mas quando isto não tivesse demasiada importância ou influência vertical, existe a informação do mestre Gilberto Freyre: “Tal o caso de Pai Adão do Recife, que se fez pai-de-santo em Lagos, que falava africano com a mesma facilidade com que falava português. Situação semelhante a dos chamados “brasileiros” da África: africanos e descendentes de africanos que, libertos, regressaram à África no decorrer do século XIX e cujos netos e bisnetos conservavam costumes brasileiros, inclusive o culto de Nosso Senhor do Bomfim por eles alterados para Nossa Senhora” (Sobrados & Mucambos, III, 1069, 2ª edição, Rio de Janeiro, 1951).

Nem cedendo um pouco no campo da flexibilidade (limiar da tolerância) se poderia admitir uma frente de aculturação negra no hoje Estado do Amazonas (antes Província do Grão-Pará), rompendo certos padrões de culturas locais. Impossível. Não é científico com o método geográfico-histórico moderno admitir francamente influências negras (diga-se, africanas) no folclore amazoníndios ou mestiçado sem romper com a lógica e os fundamentos da história insignificante do negro cuja presença

em número, precária pela participação econômica, medíocre pelo contingente tradicional, diverso pela heterogeneidade de tipos, foge de qualquer senso científico especulativo. Os que criaram fábula das influências negras no folclore nacional (respeitado o que é autêntico e permanente) esqueceram obviamente de que à época seria impossível, pelas distâncias arrasadoras, pela carência de meios de transporte, pela natural e cruel inimizade entre índios e negros, e por outros fatores locais, haver um contato permanente e portanto derrame e absorção de falada cultura negra. Ignoram os que proclamam e defendem a influência africana-negra na cultura amazonense, que o infeliz estoque servil só deixou de sua incipiente passagem pela terra e pela história pequenas manchas, insignificantes manchas culturais que vão perdendo a significação, completamente eliminadas pelas culturas branquióides e indígena mestiçadas. Não seria despropósito chamarmos para aqui o testemunho insuspeito da história documentada: diz Bertino de Miranda Lima: “Povoas se limita a insuflar nos moradores os casamentos mistos. Para tirar aos brancos e aos índios todo o pretexto de contágio com a outra raça, um decreto régio declara infames os que se casam com os negros, ou vice-versa, as mulheres brancas e índias que se ajuntem com os negros” (A Cidade de Manaus. Sua História e seus motins políticos). 1700-1825, Manaus, 1908). Houve, portanto, em determinada época pelo menos, uma segregação racial de que o negro africano foi vítima quando plantava na região a sua presença; mas é lógico admitirmos também não haja sido ela nem constante e nem fatal, salva pelos sentimentos democráticos e religiosos do português. Houve, deve de ter havido exemplos, principalmente após as leis amparadoras do elemento servil. Isto aconteceu em 1757, quando o índice de negros escravos no Amazonas aproximava-se das dezenas, porque depois não cresceria tanto a cópia de representantes que desse para neutralizar a ascendência indígena ou sequer para influenciar na sua cultura dentro das povoações por ele denominada. Se isto acontecia nas póvoas, que dizer dos

tratos longínquos, asselvajados, como as regiões do Rio Negro e do Alto Amazonas, defesos à presença do negro escravo, onde se emparedava uma cultura tenazmente defendida a poder de flechas? Surpreendente é o fato de uma cultura primária mas desenvolvida haver absorvido, de certo ponto de vista, as culturas superiores e tornar-se impermeável à negróide. Foi o que se verificou na parte do território compreendido hoje pelo Estado do Amazonas e Territórios Federais dele separados, onde a influência indígena superou tudo quanto ocorreu posteriormente à infiltração do branco e do negro. É, aliás, fato digno de nota o aparecimento, nas vilas e cidades, de um complexo cultural em que o tema predominante ou pelo menos equivalente envolve sempre a tradição nativa. Para a ocorrência de cunho popular tradicional em que ele —o tradicionalismo— não surja ou na qualidade de agente modificador ou como simples agente modificado, mas com o fundo revelador e insuspeito de sua origem remota e localista.

O hoje Estado do Amazonas, mesmo desfalcado das grandes áreas físicas contínuas que se constituíram unidades federativas, continua sendo para nossa infelicidade e chovinismo o maior Estado brasileiro, com seus 1.589.473 quilômetros quadrados de superfície (terra, água e matas) e uma população oscilante de mais de um milhão de habitantes. O fenômeno da trasumância, que começou a partir de 1877 e sofreu altos e baixos até os dias de hoje, não conseguiu nem alterar significativamente a expressão maior da nossa origem étnica e nem tão pouco manter fiel a um padrão cultural o nosso tradicionalismo. Já nos referimos à posição do mestiço como agente de ligação entre as culturas forêneas e discutimos (estamos discutindo) o fenômeno na nossa volumosa História da Cultura Amazonense. Ora, nesta vasta área desproporcional do fenômeno ecumênico, predomina, como é lícito supor, um tipo padrão de comportamento social que resiste, de algum modo, a certas e determinadas influências exteriores, mesmo por um imperativo de ordem essencial. Salvante a área citadina, onde a marca da influência indígena se observa em

proporções relativas — na cozinha, habitação, termos e expressões originais, certas admissões e repugnâncias, técnicas de caça e de pesca, nomes geográficos e mesmo preocupações avulsas reiterar a onomástica cerâmica — as áreas restantes vivem sob o domínio quase absoluto de uma ênfase do tradicional, cursando lentamente a cultura rústica para o cultivo urbano. Por outro lado, o coeficiente negro não se ajusta a todas as manifestações estéticas, aparecendo em algumas perfeitamente hibridado e nunca transculturado de maneira geral e perfeita cozinha, candomblés, festas de santo (São Benedito, Divino Espírito Santo, Congo Real, Africanos) Perguntamos novamente: como é que o elemento africano, não deixando quase nada da sua presença, iria transmitir, à margem das tradições indígenas mais fortes e duráveis, contos e fábulas? A propósito, seria oportuno lembrar aqui neste lugar, haver Balise Cendras encontrado na África uma estorieta semelhante (apenas no item calçado) ao célebre conto da Cinderela. Em que nos baseamos para estas afirmações tão categóricas? Não seria exclusivamente no conceito de valorização do elemento indígena como expressão étnico-cultural, mas quase que absolutamente na carência de expressão dinâmica do elemento servil. Note-se que estamos sempre abstraindo desse cômputo o elemento negro descendente direto ou não daquele, e as manchas notadas no amazonas, não o são realmente de origem e sim de pessoas humanas alforriadas e remetidas para cá ou então descendentes emigrados do Nordeste e do Maranhão. Inferiorizado perante o indígena biológico e numericamente, e mais tarde ao branco e mestiço — o negro — minoria esmagada pelo fatalismo servil, criou um padrão de comportamento diferente, capaz de sobrepor-se aos padrões locais? Em princípio não tivemos agricultura, nem grande quantidade de engenhos, nem muitas casa-grande. As senzalas foram rizíveis e efêmeras em comparação com as de outras regiões do Brasil e nem chegaram a ter expressão, força modificadora. Se falarmos nos seringais, onde de fato muitos negros trabalharam a partir de 1850, no eito cerca do barracão,

veremos que as únicas coisas que ficaram a lembrá-lo foram o tronco e as gargalheiras, que então chamavam “colarinho de negro”. O tronco passou ignominiosamente a servir aos ilotas brancos. E note-se que o tronco não é uma invenção do tempo de escravo africano, nem sequer fora com ele inaugurado no Brasil, decorrentemente, pois vem de mais longe, dos momentos trágicos da Inquisição. Não criamos uma sociedade patriarcal fundada na economia da borracha, nem muito menos na da cana-de-açúcar. O patriarcalismo no Amazonas é coincidente com o sistema latifundiário do cacau, já o dissemos sobejamente da nossa obra introdutória Fatos da Literatura Amazonense. Porém, essa sociedade é tipicamente apoiada na cultura nativa e os seus membros podem falar francês em rodas da elegância, nos teatros, nos dançarás, porém em casa corta-se a língua geral ou nheengatu amazônico. Refugamos por inaceitável e historicamente o encantado made in África.

Os cidadãos negros de Manaus, para citar o exemplo mais enfático, porque nas zonas rurais é escassíssimo, mesmo nos dias atuais são quase todos oriundos do Maranhão, Bahia, Alagoas, Sergipe, Pernambuco, Rio Grande do Norte. Raríssimos os do Rio de Janeiro e de Minas Gerais. Ora, parece-nos a nós que a maior concentração de quilombos existiu no rio Madeira e só encontrei nas crônicas oficiais duas nomeações para o ofício de capitão do mato, uma em 1844 e a outra no seguinte ano, recaídas respectivamente em Domingos Rodrigues, para Manaus, e Francisco Delfino, para a freguesia de Silves. Talvez, não afirmamos, esse quadro se reproduza nos demais povoados e vilórios de então, pelo menos nos principais, onde o volume de escravos negros é escasso em relação aos índices populacional. O que é certo, indiscutível, é que a entrada de negros no território compreendido pelo Estado do Amazonas e Territórios Federais, não só se fazia muito tarde (1778), com dois indivíduos, como o seria em pequena quantidade. Pode-se inculpar ao excelente padre Antio Vieira pela introdução dessa mácula, ao redor do século

XVII. E essa pequena quantidade não teve força para introduzir na região, desparramento para todas as povoações indígenas e mestiças então mais difíceis de alcançadas e reduzidas aquelas, uma cultura expressada em termos de valores folclóricos. Realmente seria impossível e qualquer cientista social pode deduzir daí um sentido de minimização de tradições exclusivamente africanas. Observe-se a nossa cozinha, a nossa linguagem porta-a-dentro, nossas técnicas gerais de caça, pesca etc. Cabe aqui relatar um incidente em que fui parte interessada. Certa feita, levei um amigo do sul a comer num desses restaurantes de Manaus que anunciam comidas típicas (é preciso dizer logo aqui que não existe um só restaurante em Manaus especializado nesse serviço) e fiquei chocado ao ler no cardápio anunciado “pirarucu à baiana”. Deu-me no goto e chamei o maitre para uma explicação: a resposta decepcionou tanto a mim como ao visitante: disse-me ele que era por causa da pimenta. De volta eu lhe ensinei que a Amazônia possui a maior variedade de pimentas conhecidas em todo o Brasil e que o índio e mestiço conhecem várias qualidades de molhos, desde o infernal jiquitaia até o creme-de-arubé apimentado. Pois bem: faça-se uma experiência e peça-se num desses restaurantes creme-de-arubé para acompanhar o peixe, à moda caboca: não existe e o proprietário ou cozinheiro ignoram o que seja. Além do mais, o tal maitre ainda me disse que era uma comida africana.

Não vamos terminar esta palestra sem afirmar que de fato existe uma tradição africana no nosso folclore, quer dizer, alguma coisa ficou do século passado e nós, da Comissão Amazonense de Folclore, procuramos tornar mais conhecido numa época em que os Festivais Folclóricos de Manaus procuravam valorizar nossas tradições. Hoje, esses festivais constituem uma verdadeira mixórdia e o genuíno está cedendo lugar à picaretagem. Em época outras fizemos ressuscitar duas manifestações folclóricas relacionadas com a África e com os elementos negros: Os Africanos e o Congo Real. Note-se que fazemos essa referência

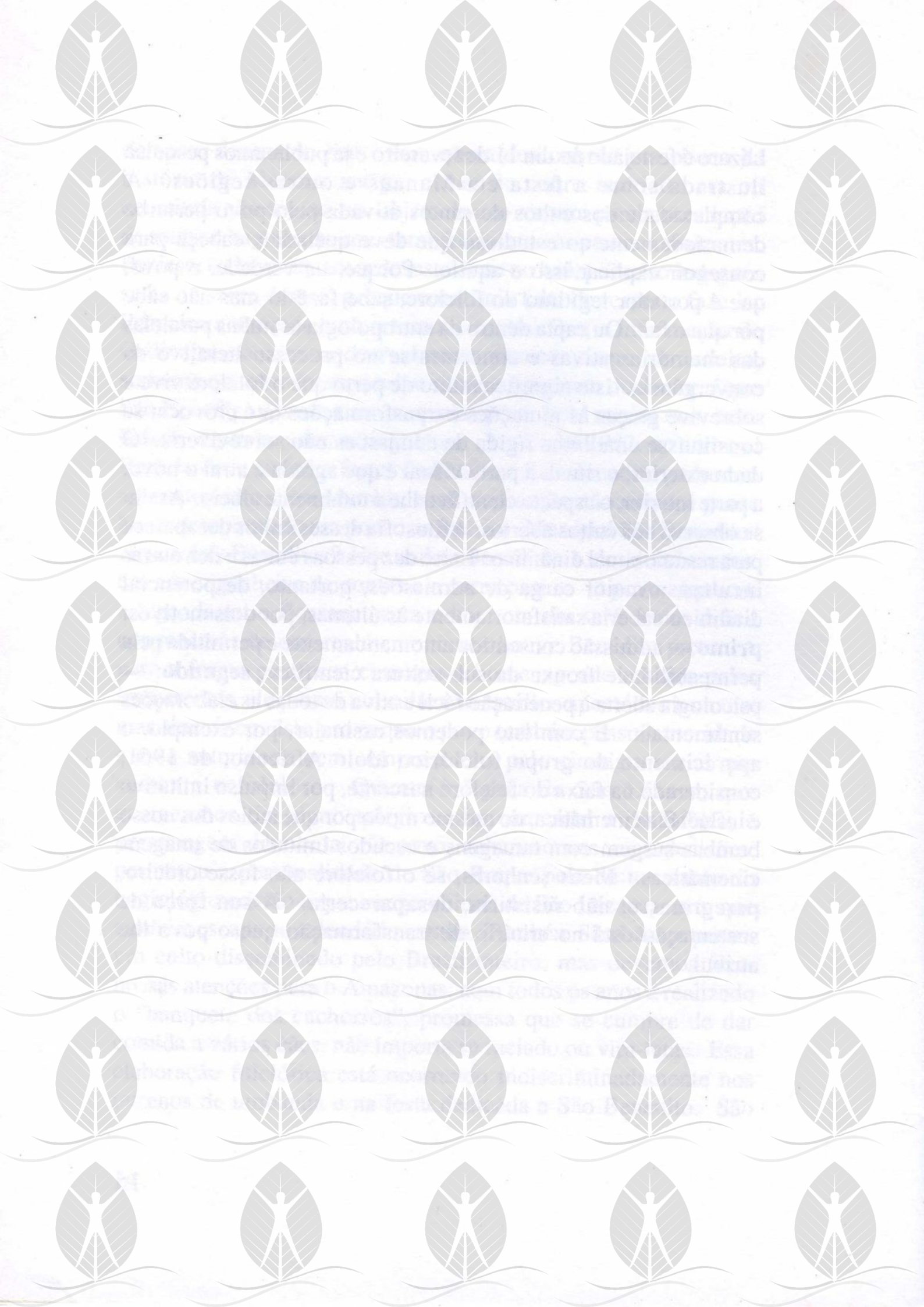
com muita simpatia, porque realmente, se existe alguma dúvida para com a cultura africana pura, esses dois grupos folclóricos atualmente desaparecidos novamente ainda não são, hoje, na atualidade, senão uma revivescência dinamizada por elementos brancos ou mestiços. Fica portanto bem entendido que tanto os Africanos como o Congo Real deixaram de existir há muito tempo dinamizados pelos negros. Desses dois grupos, o que reputo mais interessante é sem dúvida alguma Os Africanos. Os brincantes atualmente se vestem de uma maneira especial e cantam em língua ou dialeto africano, naturalmente bastante estropiado. Quanto ao Congo Real, sua manifestação depende de uma apologia, ou, se preferem, de uma revivescência da célebre embaixada feita à raínga Ginga. Esses dois aspectos do folclore representativo da África poderiam ser completados por ligeiras ideações em que o negro escravo tomou parte no século passado. As nossas pesquisas conseguiram localizar os dois grupos na década de 80 a 900 e eles aparecem durante os festejos comemorativos da data da emancipação do Amazonas, 5 de Setembro. Há quem se preocupe com as manifestações religiosas ditas africanas como valores partícipes do folclore. Eu não sigo essa lição porque não vejo em que possa ser útil o exercício de um culto que os devotos têm por sincero e supostamente mágico ou pelo menos espiritualista. Entretanto, quando aparece uma dissimilação desse culto, por exemplo no pássaro Corrupião, a importância dele é tão manifesta como a presença do padre ou do doutor no ritual da ressurreição do boi-bumbá amazonense. Somente aí podemos admitir um excursão mágico religioso filiado ao credo chamado candomblé. Todavia, não se esqueça que paralelo a essa exibição com força de magia recuperativa, sai a pajelança de cunho essencialmente indígena. Entretanto, não é sem muita náusea que verificamos, dentro do quadro sociológico e psicológico dessas manifestações mais ostensivas e enfáticas, a posição degradada do elemento negro.

Não se trata, evidentemente, de uma pérfida crítica e isso já o dissemos no nosso ensaio de sociologia do Boi-Bumbá do Amazonas: é o resíduo daquela posição formal do negro escravo que persiste, isto é, a tenaz perseguição do índio rastreador. Verificamos que os itens mais persistentes e mais ostensivos apontam diretamente para uma sobrevivência do quadro social anterior a 1800, ou seja, a perspectiva mais ou menos paralela à função da igreja católica nas festas populares de santos, com a freqüência das guildas. O por que da presença do elemento negro em elaborações folclóricas situadas num horizonte cultural tão distante é assunto para posteriores cavilações, mas repetimos que pelo menos uma abordagem foi feita por nós no opúsculo citado. E creio que não seria demais repetirmos que se deve à ausência do escravo negro no Amazonas, pela carência econômica, a também minguada representação africana no nosso folclore local ou no nosso folclore emigrado.

E por que atingimos a área assaz perigosa das religiões motivadas ou não, aquilo que vulgarmente se chama “credo” seria lugar para destacar a posição do culto popular a São Benedito, realmente um culto mais inclinado para a área do folclore do que propriamente para o lado da ciência. É que São Benedito, como São Lázaro, aparecem geralmente envolvidos numa auréola de fábula que satisfaz a todos quantos cultuam a ambos. Ora, é do conhecimento de todos que os cidadãos de cor, muitos dos quais meus amigos e a quem devoto especial atenção, continuam uma tradição que não é aliás muito antiga e vem apenas do século passado, qual seja fazer de São Benedito um santo preto. Nascer na África não significa necessariamente ser branquicéfalo e São Benedito era apenas um pouco mais escuro que os europeus meridionais, ou talvez da mesma cor dos árabes, como Santo Agostinho, Cleópatra, ou generais Scipião, o Africano ou Aníbal. Bem, no século passado o viajante francês Olivier Ordinaire escreveu de São Benedito que era o padroeiro de Manaus e anedoticamente informa existir em cada residência uma imagem

de santo dentro do baú. Para quem desconhece um pouco da história de Manaus antiga, o baú de couro tauxiado era ou constituía não apenas um objeto de uso comum para arrecadação de roupa e bagulhada, mas também assento às pessoas visitantes. Por isso, cada visita, antes de instalar-se no baú, primeiro indagava se havia santo dentro, porque constituía falta de respeito faze-lo. Primeiro a dona de casa retirava o santo. Ora, a informação de Ordinaire não deixa de realmente parecer como verdadeira, somente que ele não especulou sobre o patronato do santo: é que São Benedito passou a ser, naquela época, pelo menos com mais ênfase, o patrono dos seringueiros. Ainda em 1932, no seringal Bom Jardim, assisti a festas dedicadas a São Benedito padroeiro do seringueiro. Em Manaus, essa predicação não existe e pensa haver desaparecido um pouco no interior. Mas qual São Benedito? Houce dois Beneditos? Houve dois Beneditos, todos dois brancos: um era engenheiro de pontes e o outro pastor. O povo esqueceu a lenda ou o flossanctorum e hoje em dia será muito difícil convence-lo de que realmente nunca houve Benedito preto. A par a forma picaresca com que é homenageado o santo pelos irreverentes, ele possui um culto não católico apostólico romano, mas sincrético. Isto prova que o povo também possui autoridade e essa autoridade nem sempre aceita pelo cientista social que sustenta o folclore. Quanto à figura de São Lázaro, que destacamos do plano religioso fundamental e da Bíblia, é personagem discutida. O povo, soberano nas suas decisões, permutou a personalidade de São Roque pela de um santo do hagiológico cristão a que congominou de São Lázaro, santo que também escapa ao calendário cristão. Também São Lázaro possui um culto disseminado pelo Brasil inteiro, mas devemos fixar nossas atenções para o Amazonas: aqui todos os anos é realizado o “banquete dos cachorros”, promessa que se cumpre de dar comida a vários cães, não importa se raciado ou vira-latas. Essa elaboração folclórica está ocorrendo indiscriminadamente nos terrenos de umbanda e na festa dedicada a São Benedito. São

Lázaro é festejado no dia 11 de fevereiro e já publicamos pesquisa ilustrada sobre a festa em Manaus e outras regiões. A complexidade dos cultos de santos ativada pelo povo perturba demasiadamente ao estudioso que deve quebrar a cabeça para conseguir explicar isso e aquilo. Porque, na verdade, o povo, que é portador legítimo do folclore, sabe fazê-lo mas não sabe por que o faz. Ou capta dentro da antropologia as linhas paralelas das memórias ativas e concentra-se no processo iterativo da convergência. Isto significa muito de perto que o folclore vive e sobrevive graças às mutações e transformações que provoca; se constituísse uma linha rígida de admissões não sobreviveria. O dado exterior, o ritual, a parte visual é que agrada e atrai o povo; a parte interior, o aspecto científico lhe é totalmente alheio. Assim se observa nos cultos abertos: a filosofia desses cultos desaparece para restar o ritual dinâmico. Entre dez pessoas cultas e dez outras incultas, a maior carga de admissões, portanto, de potencial dinâmico caberia satisfatoriamente às últimas, por dois motivos: **primo** — admissão consentida automaticamente e permitida pela permeabilidade frouxa da sub-cultura científica; **segundo**; — psicologia aberta à penetração fácil e ativa de todas as elaborações sentimentais. E com isto podemos assinalar, por exemplo, o aparecimento do grupo folclórico ídolo Africano, de 1961, considerado na faixa do folclore nascente, por impulso imitativo e influência cinemática, do mesmo modo por que índios dos nosso bumbás surgem com tatuagens e escudos imitados de imagens cinemáticas. Meus senhores, se o folclore não fosse ordeiro, peregrinasse, não resistiria, desapareceria. A sua força de sustentação está no critério de transformação que o povo lhe atribui.



ERRATA

Onde se lê	Leia-se	Página	Parágrafo	Linha
1700-1825,	1700-1825, 10	7	1	22
ms quase	mas quase	9	1	19
d negros	de negros	10	2	14
Antio	Antonio	10	2	18
queo índio	que o índio	11	1	18
s preocupe	se preocupe	12	1	18
e pense	e penso	14	1	13
Houce	Houve	14	1	15
segundo	secundo	15	1	19



AVISO

A disponibilização (gratuita) deste acervo, tem por objetivo preservar a memória e difundir a cultura do Estado do Amazonas. O uso destes documentos é apenas para uso privado (pessoal), sendo vetada a sua venda, reprodução ou cópia não autorizada. (Lei de Direitos Autorais - [Lei nº 9.610/98](#)). Lembramos, que este material pertence aos acervos das bibliotecas que compõem a rede de bibliotecas públicas do Estado do Amazonas.

EMAIL: ACERVODIGITALSEC@GMAIL.COM



Secretaria de
Estado de Cultura



CENTRO CULTURAL DOS
POVOS DA AMAZÔNIA